

Ata nº 019/2017 da Sessão Ordinária, realizada aos 11 (onze) dias do mês de abril de 2017 (dois mil e dezessete), às 18:00 (dezoito) horas. Reuniu-se na Câmara Municipal de São Mateus - Estado do Espírito Santo, na sede da Câmara, sob a Presidência do Vereador Sr Carlos Alberto Gomes Alves, e Secretariado pelo Vereador Sr Ajalírio Caldeira Vargas. **DO PEQUENO EXPEDIENTE:** A seguir o Sr Presidente fez a abertura da Sessão e após as formalidades regimentais, solicitou ao Sr Secretário que efetuasse a chamada dos Srs. Vereadores, para verificação do Quorum legal, responderam presente os 11 (onze) Srs. Vereadores: Ajalírio Caldeira, Antônio Luiz Cardoso, Aquiles, Carlos Alberto, Francisco Amaro, Jaciara Teixeira, Jerri Pereira, Jorge Recla, Doda Mendonça, Jozail Fugulim, e Paulo Chagas. Assim constatado, o Sr. Presidente convidou o Vereador Sr. Jozail para que efetuasse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Ato contínuo, o Sr Presidente solicitou ao Secretário da Mesa que procedesse a leitura dos expedientes enviados a esta Casa de Leis. **PODER EXECUTIVO:** Expediente **OF/PMSM/SMGAB N° 195/2017**, protocolizado sob o nº 000503/2017, da Prefeitura Municipal de São Mateus, que com base no artigo 3º, da Lei Municipal nº 1.597/2017, solicita a essa Colenda Casa de Leis a indicação de 01 (um) membro para compor a Comissão do Processo Seletivo do Sistema Único de Assistência Social. Em tempo, o Sr. Presidente indicou o Vereador Francisco Amaro para compor a Comissão. **PODER LEGISLATIVO:** Leitura do expediente protocolizado sob nº 000512/2017, de autoria do Vereador Jozail Fugulim, que Comunica Renuncia da Condição de Líder do Governo no dia 07 de abril de 2017. Expediente protocolizado sob o nº 000513/2017, de autoria do Vereador Doda Mendonça, que **Informa o Desligamento do Bloco Parlamentar Por um Legislativo Forte** formado no dia 01 de janeiro de 2017. Expediente protocolizado sob o nº 000521/2017, de autoria da Vereadora Jaciara Teixeira, a fim de que o senhor **Dorizete Cosme – Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA**, possa fazer o uso da Tribuna para proferir Pronunciamento com relação aos Projetos do MPA para a produção e comercialização de alimentos saudáveis no Município de São Mateus. Expediente protocolizado sob o nº 000525/2017, de autoria do Vereador Paulo Chagas, a fim de que a senhora **Adelicia de Oliveira – Coordenadora da Pastoral da Comunidade Santo Antônio – KM 28**, possa fazer o uso da Tribuna para se pronunciar referente as Necessidades da referida Comunidade. Leitura do **Projeto de Lei nº 012/2017**, de autoria do Vereador Ajalirio Caldeira, que “Fica Instituído o dia da Festividade na Comunidade de Nova Lima – Distrito de Itauninhas, no município de São Mateus – ES”. **Projeto de Decreto Legislativo nº 023/2017**, de Carlos Alberto, Jorge Luiz Recla de Jesus, Ajalirio Caldeira, Jerri Pereira, Francisco Amaro, Josimar de Oliveira Mendonça, Antonio Cardoso, Aquiles Moreira da Silva e Jozail Fugulim, que “Susta a Aplicação do Decreto nº 8.623/2017, do Executivo Municipal, que Decreta Calamidade Financeira no Âmbito da Administração Pública do Município de São Mateus/ES e da outras providências”. O Sr. Presidente ressaltou que, apesar de constar o nome da maioria dos Vereadores da Casa, só constarão como autores do Projeto aqueles que assinarem o mesmo. **DIVERSOS:** Expediente **APESCAMA-ES 33/2017**, protocolizado sob o nº 000483/2017, do Sr. Adecy de Sena Presidente da **APESCAMA-ES**, informa que nos dias 19, 20 e 21 de maio de 2017 realizará o 17º Festival de Caranguejo em Campo Grande de Barra

Nova – São Mateus/ES. E ao mesmo tempo vem convidar o Presidente da Câmara e aos demais Vereadores a participar do Evento e da Mesa Redonda do 1º Fórum dos Povos dos Manguezais do Norte do Rio Doce que ocorrerá no dia 19/05. Leitura do expediente **Ofício nº 71/2017 / AG SÃO MATEUS**, da Caixa Econômica Federal, notificando referente aos créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, em 28/03/2017 (vinte e oito de março de dois mil e dezessete), no valor de R\$ 83.533,53 (oitenta e três mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e três centavos), na conta vinculada ao Contrato de Repasse sob operação nº 0352711-34, firmado com o Município de São Mateus ES, assinado em 28/10/2011, referente Intervenções em Favelas/ppi. Leitura do expediente protocolizado sob o nº 000499/2017, do Sr. José Dirceu Nieto, Presidente do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), onde informa que o Excelentíssimo Senhor Vereador Jerri Pereira será a partir desta data, o Líder do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), perante esta Augusta Casa de Leis. Proposições sujeitas à DISCUSSÃO e VOTAÇÃO: **Indicações nºs 243 e 244/2017** de autoria do vereador Sr. Ajalirio Caldeira, que solicita: Calçamento do pátio da Comunidade São João Batista, situada no Assentamento Córrego da Palmeira, Distrito de Nestor Gomes – Km 41 e Limpeza do bueiro situado na Rua Durval Franklim, na Comunidade Nova Lima, Distrito de Itauninhas. **Indicações nºs 245 e 246/2017** de autoria do vereador Sr. Antônio Luiz Cardoso, que solicita: Que os ônibus da linha Pedra D'água/Porto façam o percurso até a Unidade de Saúde situada na Rua 7 de Setembro, no Bairro Porto e Capina e limpeza do terreno da Unidade de Saúde situada no Bairro Porto. **Indicações nºs 247 e 248/2017** de autoria do vereador Sr. Aquiles, que solicita: Reparo da cobertura da Unidade de Saúde Verônica Favalessa Pestana, situada no Bairro Santo Antônio e Construção de campo 'bom de bola' no Bairro Ayrton Senna. **Indicações nºs 249 e 250/2017** de autoria do Vereador Sr. Carlos Alberto, que solicita: Extensão de rede elétrica com instalação de postes com luminárias na Rua Projetada, situada na Comunidade Mariricu (localizada antes da Rua Mangabeira) e Sinalização com pintura de faixa de pedestre na Avenida Amocim Leite (nas imediações da Escola Master). **Indicações nºs 251 e 252/2017** de autoria do Vereador Sr. Doda Mendonça, que solicita: Extensão de rede elétrica com instalação de postes com luminárias na Rodovia ES-315, Distrito de Itauninhas (da Comunidade Santa Maria até a entrada da Comunidade São Domingos) e Envie, a esta Casa Legislativa, Projeto de Lei que disponha sobre a regulamentação do cargo de condutor de ambulâncias vinculado à Secretaria Municipal de Saúde do município de São Mateus (nos moldes do projeto em anexo). **Indicação nº 253 e 254/2017** de autoria do vereador Sr. Francisco Amaro, que solicita: Calçamento da Rua Clemente Sartório, situada no bairro Jaqueline e Calçamento da Rua Joelmir Alves de Almeida, situada no Bairro Litorâneo. **Indicações nºs 255 e 256/2017** de autoria da vereadora Sra. Jaciara Teixeira, que solicita: Patrolamento e aterro nas ruas do Bairro Liberdade e Interceda à concessionária do transporte coletivo urbano – Viação São Gabriel para que mantenha a linha de ônibus que faz o trajeto em Guriri/Norte-Sul, aos sábados. **Indicações nºs 257 e 258/2017** de autoria do vereador Sr. Jerri Pereira, que solicita: Contratação de 1500hs. (mil e quinhentas horas) de escavadeira hidráulica para atender os pequenos produtores rurais da região do Distrito de Nativo de Barra Nova e Aquisição de ambulância para atender os moradores das Comunidades São José,

Ilha Grande, Gameleira, Candeias e Ilha Preta, Distrito de Nativo de Barra Nova. **Indicações nºs 259 e 260/2017** de autoria do vereador Sr. Jorge Recla, que solicita: Construção de unidade de saúde no Bairro Morada do Lago e Construção de campo de futebol na Comunidade Cerejeira. **Indicações nºs 261 e 262/2017** de autoria do vereador Sr. Jozail Fugulim, que solicita: Término da pavimentação das Ruas Lua e Eclipse, situadas no Bairro Vitória e Patrolamento das Ruas Odílio Nico e José Vieira dos Santos, lados norte e sul, no Bairro Guriri. **Indicações nºs 263 e 264/2017** de autoria do vereador Sr. Paulo Chagas, que solicita: Estudar a possibilidade de construir Capela Mortuária, na região do Km 28 e Construção de praça com área de lazer e academia popular, na Comunidade Santo Antonio – Km 28, Distrito de Nestor Gomes. **Requerimento nº 048/2017** de autoria do vereador Sr. Antônio Luiz Cardoso, que solicita: Solicita ao Presidente da Câmara Municipal de São Mateus, a seguinte providência: Forneça prestação de contas referente à utilização da verba indenizatória, durante aos exercícios de 2015 e 2016, do vereador Glesson Borges. **Requerimento nº 049/2017** de autoria do vereador Sr. Aquiles, que solicita: Construção de abrigo nos pontos de ônibus situado na Avenida Porto Seguro, no Bairro Liberdade. **Requerimento nº 050/2017** de autoria do vereador Sr. Carlos Alberto, que solicita: Calçamento da Rua Júlio Brahim, situada no Bairro Residencial Park Washington, de acordo com a Lei nº 1.590/2016 – que “Estima a receita e fixa a despesa do município de São Mateus, para o exercício financeiro de 2017”. **Requerimento nº 051/2017** de autoria da vereadora Sra. Jaciara Teixeira, que solicita: Encaminhe cópia do Processo Licitatório do transporte público, que ocorreu em 2016, contendo ainda: cópia do contrato firmado com a empresa Viação São Gabriel; valor repassado pela empresa aos cofres públicos em 2017, e informe a destinação desse recurso. **Requerimento nº 052/2017** de autoria do vereador Sr. Jerri Pereira, que solicita: Construção de CEIM no Bairro Santa Tereza (Ponte), de acordo com a Lei nº 1.590/2016 – que “Estima a receita e fixa a despesa do município de São Mateus, para o exercício financeiro de 2017”. **Requerimento nº 053/2017** de autoria do vereador Sr. Jorge Recla, que solicita: Construção de Centro de Vivência no Bairro Aroeira, de acordo com a Lei nº 1.590/2016 – que “Estima a receita e fixa a despesa do município de São Mateus, para o exercício financeiro de 2017”. **Requerimento nº 054/2017** de autoria do vereador Sr. Jozail Fugulim, que solicita: Transferência de recursos financeiros para a Sociedade Musical Lira Mateense, de acordo com a Lei nº 1.590/2016 – que “estima a receita e fixa a despesa do município de São Mateus, para o exercício financeiro de 2017”. **Moção nº 008/2017** de autoria do vereador Sr. Carlos Alberto, que solicita: VOTO DE PESAR aos familiares da Senhora TÂNIA DA COSTA, em virtude do seu falecimento ocorrido no dia 29 de março de 2017. Discussão e Votação em **Turno Único da Emenda Modificativa nº 004/2017 ao Projeto de Lei nº 009/2014**, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça, Direitos Humanos, Cidadania e Redação, que “Estabelece a Obrigatoriedade do Passe Livre para o Acompanhante dos Portadores de Deficiência que necessitam de Acompanhante para sua Própria Locomoção no Sistema de Transporte Público Coletivo Municipal”, autoria do Vereador Aquiles Moreira da Silva. Em **Turno Único Projeto de Lei nº 009/2014**, de autoria do Poder Legislativo, que “Estabelece a Obrigatoriedade do Passe Livre para o Acompanhante dos Portadores de Deficiência que necessitam de Acompanhante

para sua Própria Locomoção no Sistema de Transporte Público Coletivo Municipal”.
Autoria: Aquiles Moreira da Silva. Em **Turno Único Projeto de Lei nº 007/2017**, de autoria do Poder Legislativo, que “Dispõe sobre a Participação da População na Elaboração, Definição e Acompanhamento na Execução do Plano Plurianual das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do município de São Mateus – ES”.
Autoria: Paulo Chagas. Ato contínuo o autor do projeto pediu a retirada do mesmo por 01 (uma) sessão, o que foi deferido pelo Presidente da Casa. O Sr. Presidente tomou a palavra e assim disse: “Recebi aqui um ofício: ‘Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, os Vereadores infra-firmados, no uso de suas atribuições legais, consubstanciados no que preceitua o art. 158, IV e o art. 160 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, requerem que seja incluída na Ordem do Dia na Sessão Ordinária para votação em turno único o Projeto de Decreto Legislativo 023/2017, que susta a aplicação do Decreto nº 8.623/2017 do Executivo Municipal, que decreta Calamidade Financeira no âmbito da administração pública no Município de São Mateus/ES e dá outras providências, de autoria dos seguintes Vereadores: Carlos Alberto, Jorge Luiz Recla de Jesus, Ajalirio Caldeira, Jerri Pereira. Eu quero perguntar ao Vereador Francisco Amaro, Vossa Excelência não assinou ou porque não vai assinar? O Vereador Jozimar de Oliveira Mendonça, Antônio Cardoso, Aquiles Moreira da Silva e Jozail Fugulim. Temos em que esperamos deferimento por parte de Vossa Excelência e aprovação pelo Plenário”. O Sr. Presidente assim decidiu: “Acato o pedido ora feito pelos Vereadores, Ajalirio Caldeira, Vereador Aquiles, Vereador Jorge Recla, Vereador Jozail do Bombeiro, Vereador Antônio Luis Cardoso, Vereador Jerri Pereira, Vereador Doda Mendonça. Acato o pedido, suspendo a Sessão pelo tempo necessário para o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo 023/2017’. Está suspensa a Sessão”. Reabertos os trabalhos, o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário que verificasse o quorum, estando presente os 11 Srs. Vereadores. Ato contínuo o Sr. Presidente passou a palavra ao representante do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, que após cumprimentar todos os presentes salientou a origem humilde e lutadora daqueles que moram no campo, mas que tem muita importância na economia da Região. Ressaltou também a importância do Movimento dos Pequenos Agricultores, que visa a promoção da vida de qualidade no campo e na cidade. Dentre as conquistas citadas enfatizou que o movimento conquistou o PRONAFI, tanto na modalidade de custeio e investimento, e o PRONAFInho, também na modalidade custeio e investimento, o EJA, educação de jovens e adultos, e a pedagogia da alternância, sendo São Mateus o primeiro Município no Brasil que criou uma Lei específica que disciplina, que regulamenta a Pedagogia da Alternância. Disse também que foram o movimento pioneiro no Brasil a implementar a moradia camponesa, a moradia digna para as famílias do campo. Executaram também os primeiros projetos de moradia no campo. Participamos, ajudamos na conquista da Campanha Nacional Permanente Contra os Agrotóxicos e em defesa da Vida, campanha essa que continua até o presente momento. O Movimento participou efetivamente da conquista do Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, programa este que aqui em São Mateus atendeu centenas de famílias, podemos até dizer milhares de famílias, que acabou também atendendo centenas de famílias camponesas no Município de São Mateus. Um programa

importantíssimo, tanto para quem é do campo quanto para as famílias aqui na cidade. Houve também a conquista da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, aonde os estudantes tem acesso à uma alimentação produzida pelas famílias camponesas aqui do Município de São Mateus. Citou também a participação do Movimento na luta pelo programa Luz Para Todos, que beneficiou milhares de famílias pelo Brasil que não tinham iluminação passaram a ter acesso. Salientou também a implementação do Programa Bem Viver, que vê como uma das principais causas dos problemas de saúde enfrentados pelas famílias que moram no campo é a alimentação contaminada, por isso o programa visa a agroecologia, visando uma alimentação mais saudável e implementando no campo uma nova matriz tecnológica, que seria a agroecologia, que entregaria alimentos mais saudáveis à toda a população. Salientou que este programa teria 5 eixos. O primeiro seria o resgate e a utilização de sementes nativas. O segundo seria trabalhar com melhorador de solo, pois o solo está degradado e precisa ser recuperado. O terceiro aspecto seria trabalhar a produção de biofertilizantes. O quarto aspecto seriam os biocontroladores, que servem para fazer o controle biológico de pragas, fungos e bactérias. Por fim, salientou que o quinto ponto seria o uso da adubação verde, as leguminosas. É preciso também melhorar a forma de comercialização da produção, com o incentivo da comercialização institucional (governamental). Pediu apoio aos Vereadores para que essa forma de comercialização seja fomentada pelo Governo. O PINAE também seria uma forma de comercialização viável. A implementação de feiras livres também é uma forma de escoamento da produção e comercialização de alimentos saudáveis. A entrega de cestas básicas e fornecimento desses alimentos a restaurantes de todo o Estado. Finalizou dizendo que tudo isso visa a melhoria da qualidade de vida tanto de quem mora na cidade quanto dos produtores que moram no campo. Ato contínuo, a pedido do Sr. Presidente, a Vereadora Jaciara entregou ao orador a Comenda referente ao Voto de Congratulação pelos relevantes serviços prestados à frente do MPA. Ato contínuo foi dada a palavra à Sr. Adélia de Oliveira, Coordenadora da Pastoral Social do KM 28, Professora Efetiva e Professora Itinerante no Campo. Aproveitou a oportunidade para trazer algumas demandas da comunidade Santo Antônio, no KM 28. Esclarece que as demandas que serão expostas foram decididas em reunião com a comunidade. A primeira seria a construção da praça com estacionamento, essa demanda foi indicada pelo Vereador Paulo Chagas. A construção da praça é importante devido à grande visita de turistas durante a festa do Padroeiro Santo Antônio e do Padroeiro São Roque, ambos no dia 02 de novembro, véspera de feriado. A outra demanda seria a construção da Capela Mortuária da região, tendo em vista que não há um lugar decente para estar velando os entes queridos. As famílias tem que sair de lá para velar os entes queridos na Capela de São Mateus. Após agradeceu a todos pela atenção. **DO GRANDE EXPEDIENTE:** Com a palavra o vereador Francisco Amaro, que após cumprimentar a todos os presentes, expôs que gostaria de tratar de um assunto que vem se espalhando pela cidade, sobre o Poder Executivo e sobre a população de São Mateus. Foi decretado o Estado de Calamidade Financeira no Município, assim como no Rio de Janeiro, que não conseguia mais manter os serviços essenciais à população. Falou sobre a arrecadação de São Mateus, que tem conseguido pagar a folha de pagamento. Abordou também o sofrimento da

cidade com a falta de serviços básicos, como bairros, citou o bairro Litorâneo como exemplo, abastecidos por caminhões pipa, buracos, etc, que é a grande preocupação que ele tem como Vereador. Disse que a grande dúvida nesta Casa de Leis é o Decreto, se ele “ajuda ou atrapalha a população”. Colocou em questão os benefícios do decreto de Calamidade Pública. Citou uma reunião realizada entre todos os Vereadores, exceto a Vereadora Jaciara, que estava em outro compromisso, onde todos os artigos do Decreto foram estudados, juntamente com os Procuradores Jurídicos de cada Vereador. Depois afirmou que foi solicitado junto ao Vereador Jozail, até então representante do Governo na Casa, que fosse marcada uma reunião com os Secretários, para que houvesse uma discussão sobre a continuidade do Decreto ou não. Essa reunião, no entanto, não foi marcada. Expôs também que as fofocas de rua atrapalham muito o exercício do mandato de um Vereador, pois existem pessoas construindo muros para separar os dois poderes. Afirmou que estão falando que os Vereadores estão pressionando o Prefeito atrás de cargos comissionados e não para resolver problemas ligados à população de São Mateus. Salientou que o Município é mais importante do que qualquer “muro” que se possa construir. Disse também que na reunião com os Vereadores ficou definido que se deveria criar um entendimento junto ao Executivo para entender a função do Decreto. Trouxe à baila o fato de que aos Vereadores nunca se reuniram para pressionar o Prefeito para obter vantagem própria, mas sempre em prol do povo. Insistiu na necessidade de entendimento entre o Executivo e o Legislativo, pois não quer votar o projeto neste dia, sem antes conversar com Executivo. Após a palavra foi passada para o Sr. Vereador Jozail, onde falou sobre o problema da água salgada no Município e também sobre a reunião acontecida entre os Vereadores, o SAAE e a Cesan. Salientou que as propostas feitas pela Cesan estavam mais com cunho político do que com o intuito de resolver o problema e que, além disso, são opções de solução do problema que não são viáveis. Salientou que deixou a liderança do Governo na Câmara justamente por falta de entendimento e isso fazia com que não se conseguisse chegar em resolução de nenhum problema, tendo encerrado sua fala. Após, o Vereador Aquiles tomou a palavra e primeiramente agradeceu ao Secretário de obras por ter realizado uma limpeza que foi requerida por ofício e solicitou ao mesmo que fosse enviado à esta Casa de Leis um cronograma das obras a serem feitas no Município. Falou também sobre a falta de iluminação pública. Ressaltou diversas irregularidades no que diz à infraestrutura do Município. Trouxe também à baila as mentiras que estão sendo ditas contra os Vereadores nas redes sociais. A fala foi interrompida pela platéia, momento em que o Sr. Presidente acionou o representante da Polícia Militar para que comparecesse ao Plenário no intuito de que os ânimos fossem contidos. O Vereador continuou sua fala pedindo providências quanto solução dos problemas de buracos, obras inacabadas e outros problemas de infraestrutura que o Município tem. Em seguida o Vereador Paulo Chagas tomou a palavra e ressaltou a dificuldade de entendimento entre o poder Executivo e o poder Legislativo. Ressaltou que não é contra o Decreto de Calamidade, mas gostaria de mais tempo para poder pensar sobre seu voto pela derrubada ou não do mesmo. Relatou o momento político ruim que o Município vive e insistiu para que houvesse mais tempo para se pensar sobre o Decreto de Calamidade para que o mesmo fosse votado depois, tendo assim, encerrado sua

fala. Com a palavra a Vereadora Jaciara, que reforçou sua insatisfação com o governo atual. Sobre o Decreto Municipal disse que os servidores públicos municipais estão com vários direitos suspensos desde 2015, mesmo sem a existência do Decreto Legislativo. Ressaltou que estas questões foram levadas para a Justiça e para as ruas. Esclareceu também que os problemas de infraestrutura do Município não começaram agora, já existindo a muito tempo. Pensa que não é o momento de uma queda de braço entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Após, o Vereador Jorge Recla, tomou a palavra e reiterou o problema dos buracos existentes nas Avenidas e Ruas do Município. Enfatizou também o problema da água salgada no Município, pois já existem bairros recebendo água por meio de caminhão pipa. Reforçou a necessidade de um estudo antes de fazer a perfuração dos poços. Expôs também o fato de que o Executivo não está entregando os contracheques dos funcionários públicos, bem como falou sobre a jornada de trabalho dos mesmos, se 06 ou 08 horas, afirmando que esses temas serão conteúdo de suas indicações na próxima sessão. O Sr. Presidente, com a palavra, trouxe dados demonstrando que de ano passado até a presente data a arrecadação do Município com os Royots aumentou consideravelmente, mas esse dinheiro não pode ser utilizado para quitar a folha de pagamento. Explanou também sobre a perda de direitos que os servidores públicos do Município de São Mateus vem perdendo desde 2015. Colocou também em questão a atuação do Sindicato dos Funcionários Públicos na questão. Ressaltou os poderes exagerados que o Decreto de Calamidade deu ao Poder Executivo. Reforçou o fato de pessoas de fora do Município estarem ocupando cargos comissionados e de liderança dentro do Município. Em seguida o Sr. Presidente sugeriu que as indicações e os requerimentos fossem votados em bloco e passou para a **ORDEM DO DIA**: E submeteu em discussão e votação: **Indicações nºs 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263 e 264/2017**. Em DISCUSSÃO: Em VOTAÇÃO: Aprovadas por Unanimidade. Após o Sr. Presidente sugeriu que os Requerimentos fossem votados em bloco. **Requerimentos de nº 048, 049, 050, 051, 052, 053 e 054/2017**. Com a palavra o Vereador Aquiles que explicou as razões de seu Requerimento. Com a palavra a Vereadora Jaciara que também explicou as razões de seu Requerimento. Em DISCUSSÃO: Em VOTAÇÃO: Aprovados por unanimidade os Requerimentos. **Moção nº 008/2017** de autoria do vereador Sr. Carlos Alberto, que solicita: VOTO DE PESAR aos familiares da Senhora TÂNIA DA COSTA, em virtude do seu falecimento ocorrido no dia 29 de março de 2017. Em DISCUSSÃO: Em VOTAÇÃO: APROVADO por unanimidade. Em **Turno Único da Emenda Modificativa nº 004/2017 ao Projeto de Lei nº 009/2014**, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça, Direitos Humanos, Cidadania e Redação, que “Estabelece a Obrigatoriedade do Passe Livre para o Acompanhante dos Portadores de Deficiência que necessitam de Acompanhante para sua Própria Locomoção no Sistema de Transporte Público Coletivo Municipal” Autoria do Vereador Aquiles Moreira da Silva. Em DISCUSSÃO: Em VOTAÇÃO: APROVADO por unanimidade. **Em Turno Único Projeto de Lei nº 009/2014**, com Emenda, de autoria do Poder Legislativo, que “Estabelece a Obrigatoriedade do Passe Livre para o Acompanhante dos Portadores de Deficiência que necessitam de Acompanhante

para sua Própria Locomoção no Sistema de Transporte Público Coletivo Municipal”.
Autoria: Aquiles Moreira da Silva. Em DISCUSSÃO: Com a palavra o Vereador Aquiles, que salientou que este projeto já havia sido proposto em 2014 mas não fora aprovado na ocasião. Salientou a importância do projeto. Em VOTAÇÃO: APROVADO por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente leu um Requerimento feito pela Vereadora Jaciara pedindo o Adiamento da Votação do Projeto de Decreto 023 de 2017 de autoria do Legislativo que susta a aplicação do Decreto 8.623/2017 do Executivo Municipal. Em DISCUSSÃO: Com a palavra a Vereadora Jaciara que ressaltou a necessidade do adiamento da votação do Decreto citado, enfatizando que não é a favor da quebra de interstício para a respectiva votação. Com a palavra o Vereador Jorge Recla, que reforçou a dificuldade de dialogar com o Executivo Municipal, pedindo que os Vereadores votem contra o presente requerimento. Em VOTAÇÃO: Rejeitado com 7 votos contrários ao Requerimento. Em seguida o Sr. Presidente fez a Leitura do Decreto 8.623/2017. Em seguida, fez a leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 023 de 16 de Abril de 2017 que “susta a aplicação do Decreto 8.623/2017 do Poder Executivo Municipal que decreta Estado de Calamidade Financeira no âmbito da Administração Pública do Município de São Mateus/ES e da outras providências. A Câmara Municipal de São Mateus, com fundamento no art. 49, V, da Constituição Federal, art. 56, IX, da Constituição Estadual, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de São Mateus aprovou e o Presidente promulga o seguinte: Decreto Legislativo. Art. 1º - Este Decreto Legislativo Susta os Efeitos do Decreto 8623/2017 que decretou Estado de Calamidade Financeira no âmbito da Administração Pública no Município de São Mateus/ES. Art. 2º - O Descumprimento deste Decreto Legislativo por parte do chefe do Poder Executivo Municipal abrirá ensejo para a abertura de processo de Impeachment pela Câmara Municipal de São Mateus. Art. 3º - Esse Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário. Sala das sessões. 06 de abril de 2017. Assinado pelo Vereador Presidente desta Casa, Carlos Alberto Gomes Alves, Vereador Jorge Luiz Recla de Jesus, Vereador Ajalirio Caldeira Vargas, Vereador Jerri Pereira, Vereador Josimar de Oliveira Mendonça, Vereador Antônio Luis Cardoso, Vereador Jozail do Bombeiro e pelo Vereador Aquiles Moreira”. Em DISCUSSÃO: Com a palavra a Vereadora Jaciara, que após pedir dispensa das formalidades legais, assim disse: “Primeiro eu quero dizer uma coisa” O Sr. Presidente interrompeu e disse: “Olha, Vossa Excelência não pode fugir do assunto a não ser o Decreto”. Ao pé que a Vereadora respondeu: “Então desligue o microfone se for o caso. O Sr. não conhece em relação à minha pessoa”. O Sr. Presidente respondeu: “Eu gostaria que Vossa Excelência se atrelasse somente à discussão do Decreto”. A Sr. Vereadora retomou a palavra e disse: “Segundo, realmente eu votei a questão do processo de DT porque em 2016 já tinha deixado o absurdo que foi feito no início do ano por causa de processo de DT também e que deveria ter sido feito em dezembro para que em janeiro tivesse feito o processo de DT e por isso e não foi por causa de para não prejudicar o prefeito e sim para não prejudicar alunos, que já tinham sido prejudicados no ano de 2016 que eu votei na questão do DT e repito, a quebra de interstício nesse caso para não prejudicar aluno e não para não prejudicar o prefeito. Portanto estou pedindo agora. Não estou aqui pedindo para não votar o Decreto, em

hipótese nenhuma. O que eu pedi aqui foi que o processo acontecesse da forma correta, que tivessem votado e não votaram. Não foi permitido o pedido de vista que foi solicitado como diz o regimento. Concordo. Vocês votaram, beleza. Votaram. No entanto eu vou votar contra por conta disso porque eu penso que deveria sim deixar um processo de discussão com um tempo maior para ser feito aqui nesta Casa como qualquer projeto. Os funcionários, já teve 3 assembléias do Sindicato, vocês não podem dizer que o Sindicato não está fazendo nada, eu quero saber quem foi. E amanhã terá outra, vocês vão lá discutir. Então não fale o que não tem conhecimento se não participam. Por isso eu estou dizendo que vou votar ao contrário, como já sei que não vai ser voto contrário, gostaria que fosse, na verdade eu gostaria que fosse dado o tempo necessário para discutir o projeto na forma correta nos trâmites desta Casa. Não foi feito, não foi permitido a vista ao processo, por isso eu estarei votando ao contrário”. Com a palavra o Vereador Francisco Amaro, que após pedir licença das formalidades legais assim disse: “Eu quero assim Sr. Presidente dizer que o Parlamento é isso aqui, hora você vence, hora você é vencido, e eu sei de toda a complicação do Decreto, eu sei da necessidade dos funcionários públicos e não sou contra os funcionários públicos jamais. Agora, o que eu estou externando aqui é que o diálogo é sempre o melhor caminho. Eu acho que uma semana pode até afetar, mas não vai mudar tanto o quadro que se encontra hoje e eu estou aqui propondo e estou me colocando, Sr. Presidente e Sr’s Vereadores, como intermediador para que a gente possa, seja na sala de reuniões da Câmara Municipal, seja na sala de reuniões da Prefeitura, o Prefeito, o Secretariado, os Vereadores para que nós Vereadores possamos apresentar a demanda de cada comunidade, para que nós possamos indagar ao secretariado e saber o que está sendo planejado e o que será executado nas melhorias da nossa cidade. Eu entendo cada Vereador aqui porque eu tenho sofrido na pele também, eu tenho sofrido na pele, assim como vocês funcionários tem sofrido também, desde o ano passado que a gente acompanha. Mas eu acho Sr. Presidente, eu acho que ainda é possível fazer isso, vamos fazer uma reunião com a imprensa presente, para que a gente possa discutir as necessidades. Esse apelo que eu faço. Estou colocando aqui, Srs. Vereadores, minha posição porque o Parlamento é para isso, nós temos que postura, e todos aqui eu sei que tem. Os que vão votar a favor ou contra irão votar. Mas nós temos também que ter um pouco de cautela. Nós precisamos de mais uma semana pelo menos. Então, Sr. Presidente, eu entendo que a maioria certamente votará pelo Projeto Legislativo e deixo aqui o meu apelo para que na hora do voto os Srs. possam refletir e quem sabe durante uma semana, se não acontecer, Sr. Presidente, o que a gente acha que deve acontecer no entendimento, terça feira nós colocamos esse projeto aqui novamente e votamos para derrubar o Decreto Executivo, mas é uma semana apenas para que a gente possa tentar o diálogo. Eu peço essa reflexão dos Srs. Vereadores. Muito obrigado”. O Vereador Jorge Recla tomou a palavra e, após pedir dispensa das formalidades legais, assim disse: “Todos os Vereadores aqui são testemunha quando o Sr. queria colocar o Decreto logo quando ele foi publicado pelo Prefeito, na segunda semana de Janeiro. Eu e o Vereador Jozail pedimos para que não fosse colocado. Por várias vezes o Sr. queria colocar e nós pedimos vamos dialogar com o prefeito, vamos chegar a um consenso sobre esse Decreto, porque ele é ilegal, é inconstitucional, não existe. Ele dá poder para ele

mesmo sem passar pelo parlamento, a realidade é essa. E nós de todas as formas tentamos fazer uma conversa com o prefeito, reunimos, mas as conversas não avançavam, você não conseguia chegar a um denominador que fosse favorável ao Município. Então só deixando aqui registrado porque houve um empenho muito grande de minha parte, do Vereador Jozail, dentro do G6 na época para que esse projeto não fosse colocado, esse Decreto Legislativo. Mas infelizmente não dá para dialogar mais. Não dá pra ficar conversando, dialogando, com quem não quer dialogar, então eu quero pedir aos pares que votem favorável a este Decreto Legislativo permanecendo sentados”. Em VOTAÇÃO: Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo 023/2017 com 7 votos favoráveis e 3 votos contrários da Vereadora Jaciara, do Vereador Paulo Chagas e do Vereador Francisco Amaro. Não havendo mais nada a tratar, o Sr Presidente convocou Sessão Extraordinária logo após esta para votação da Redação final do projeto de Lei 009/2014. declarou encerrada a presente Sessão, para constar, eu....., Ajalírio Caldeira Vargas - Secretário, conferi a presente Ata, que por estar em conformidade será assinada por mim, pelo Sr Presidente e demais membros da mesa.

CARLOS ALBERTO G. ALVES
Presidente

JORGE LUIZ RECLA DE JESUS
Vice-Presidente

AJALÍRIO CALDEIRA VARGES
1º Secretário

FRANCISCO AMARO DE A. OLIVEIRA
2º Secretário